

HABEAS CORPUS Nº 502.350 - SP (2019/0094719-9)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : **RAFAEL LANFRANCHI PEREIRA E OUTROS**
ADVOGADOS : **ISADORA AMÊNDOLA - SP376081**
: **RAFAEL LANFRANCHI PEREIRA - SP402466**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **GILSON CARLOS NASCIMENTO DOS SANTOS (PRESO)**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **GILSON CARLOS NASCIMENTO DOS SANTOS**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente foi denunciado pela prática, em tese, do delito previsto no art. 147, *caput*, do Código Penal e art. 24-A da Lei n. 11.340/2006 (por duas vezes). Em razão de reiterado descumprimento de medida protetiva nos autos da Ação Penal n. 1500258-95.2019.8.26.0445, o Juízo de primeiro grau decretou a prisão preventiva do paciente em 26/2/2019.

Inconformada, a defesa impetrou prévio *writ* no Tribunal de origem, que indeferiu o pleito liminar.

Neste *habeas corpus*, alegam os impetrantes a existência de constrangimento ilegal imposto ao paciente, por ausência de fundamentação idônea para a decretação e manutenção da prisão preventiva, pois ausentes os requisitos previstos no art. 312 do CPP.

Pugnam pela superação da Súmula 691 do STF.

Requerem, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva ou substituída por medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.

É o relatório.

Decido.

Esta Corte possui entendimento pacificado no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere pedido liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada, consoante os termos da Súmula 691/STF.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA N. 691/STF. ART. 1º, I, § 1º, DO DECRETO N. 201/1967 (TRÊS VEZES) E ART. 316 DO CP (TRÊS VEZES). DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível *habeas corpus* contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal

Federal.

2. Caso em que a prisão foi decretada em razão do descumprimento de medida cautelar anteriormente imposta, conforme previsão. Precedentes. Ausência de manifesta ilegalidade, abuso de poder ou teratologia a autorizar a superação do mencionado enunciado.

3. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no HC 400.949/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 1º/8/2017).

Na hipótese, a Corte de origem indeferiu o pleito liminar por não verificar os requisitos autorizadores da medida de urgência, pois, em um primeiro exame, há elementos suficientes para a manutenção da custódia cautelar, *in verbis*:

"[...]

A acusação é por suposta infringência ao art. 147, caput, do Código Penal, observado o que estabelece a Lei nº 11.340/2006, por fato ocorrido em 29 de janeiro p.p., quando o paciente, no âmbito doméstico e da família, e em relação íntima de afeto, ameaçou Kelly Cristiane de Almeida, sua ex-companheira, por palavras, de causar-lhe mal injusto e grave. Segundo consta, o paciente e a vítima mantiveram um relacionamento amoroso por aproximadamente sete anos, encontrando-se separados há mais de dois anos, sendo que desde a separação ela não consegue mais viver em sua residência, pois o paciente vive a importuná-la. No dia dos fatos, ele telefonou para Kelly bem como enviou mensagens pelo aplicativo "Whatsapp" dizendo: "vai tomar no seu cu, a casa é minha eu faço o que quiser, eu vou na porta do seu serviço, ei só assino pra vender se for para você voltar a morar comigo, nem que seja no inferno, eu preciso de você, eu não vou ficar sem você e nem sair da sua vida"(07) e "eu vou te matar" (fls. 08) Consta ainda que, em outra oportunidade, o paciente vestiu-se de morador de rua para ficar vigiando a vítima, enquanto ela estava no serviço dela (Denúncia fls. 131/132).

Embora notificado das medidas protetivas deferidas em favor da vítima em 8 de fevereiro p.p. no processo nº 1500258-95.2019.8.26.0445, dentre as quais, proibição de se aproximar da ofendida e de manter contato com ela, bem como de frequentar a residência e o local de trabalho dela (fls. 63/64), o paciente as descumpriu, tendo sido instaurado o inquérito policial para a apuração dos fatos (fls. 81), o que ensejou, posteriormente, a decretação da prisão preventiva nos termos do art. 20, caput, da Lei nº 11.340/2006 e o art. 313, inciso III, do Código Penal (fls. 93).

Sobre a soltura do paciente, o que consta dos autos não autoriza a antecipação da tutela sem a audição do r. Juízo da origem e a manifestação do eg. Colegiado, mesmo porque não se colhe, em princípio, ilegalidade na r. decisão impugnada (fls. 93), dela constando que o paciente, além continuar importunando a vítima, responde a outro processo por violência doméstica (lesão corporal no âmbito doméstico contra outra vítima), a evidenciar que a acusação, objeto destes autos, não é fato isolado em sua vida, o que demanda maior cautela na concessão da medida pretendida. Vale ressaltar as peculiares características da violência doméstica e familiar que, em inúmeras situações, costumam progredir para resultados desastrosos

para a vítima, por isso tudo, por ora, indefiro a liminar." (e-STJ, fls. 162-163).

Assim, da leitura atenta da decisão impugnada, não verifico, por ora, a ocorrência de flagrante ilegalidade, de modo a justificar o processamento da presente ordem.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

